

Agora é fato! Precatório do IPAJM foi depositado pelo Estado



Crédito será depositado diretamente na conta dos beneficiários

PÁGINA 12

Entrevista com Bruno Aguilar

Gerente de Fiscalização da Sefaz fala sobre desafios da Receita Estadual para o ano de 2019

ENTREVISTA
PÁGINA 5



Abril - 2019

Ano XXXIV - nº 162

AçãoFiscal

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

<http://www.sindifiscal-es.org.br/>

Sindifiscal dá início à negociação com o governo



Negociação ocorreu com o secretário da Fazenda

PÁGINA 3

Capitalização da Previdência fracassou

PÁGINA 9

O Petróleo é nosso! Auditores Fiscais garantem royalties até 2056 ao ES

PÁGINA 8

Empresas de sucata do ES fraudam bilhões em notas fiscais

PÁGINA 7

Cerca de 100 auditores fiscais e auxiliares fazendários se reuniram em AGO no dia 28 de março para definir as pautas de reivindicação para 2019

Nosso adeus aos amigos Marlene Berloff e José Monteiro PÁGINA 10

 SINDIFISCAL-ES

Com a palavra...

Reforma da previdência: a verdade oculta

Prezados colegas,

Enfrentamos na atualidade a pior crise de identidade política e de senso crítico da sociedade brasileira.

Em todas as oportunidades que temos para discutir com profundidade os assuntos que nos afligem, como, por exemplo, a Reforma da Previdência, nos deparamos com a negativa proposital de desqualificar a dialética sobre o referido assunto, vez que submetem todas as questões à culpa de partidos, principalmente os de esquerda, de toda nossa incompetência em gerir nosso destino. Acreditam ainda piamente que Reforma da Previdência é a medida, em si, capaz de apagar todos os erros cometidos pelos políticos eleitos pós ditadura militar.

A Reforma da Previdência aí proposta, além de ser um projeto ruim em todos os sentidos, é draconiano não só com os trabalhadores em geral, mas com toda a sociedade do futuro. Ela tampouco serve para resolver as questões da imoralidade política que nos assolou nestes 30 anos de pseudodemocracia, que talvez não tivéssemos preparados, como verdadeiros cidadãos, para exercê-la na plenitude.

O exercício da atividade sindical nos impõe a necessidade de nos envolver profundamente nas matérias que ameaçam nossos direitos como trabalhadores públicos ou como cidadãos ou que, contrário senso, nos proporcione avanços.

Com o advento da proposta de Reforma da Previdência não

foi diferente. Arregaçamos as mangas e juntamente com as demais entidades estaduais e nacionais fomos em busca do conhecimento sobre o texto reformista, que se baseou unicamente na premissa de que a atual previdência suportava um déficit crescente e astronômico, sem, contudo, trazer ao conhecimento os dados e números desse famigerado déficit.

Esta premissa foi inicialmente derrubada pelo relatório da CPI do Senado, cujos dados foram corroborados por especialistas do meio e da academia, colocando uma interrogação preocupante sobre o verdadeiro motivo da proposta de reforma.

Este modelo não considerou que o trabalhador não deixará de sustentar a família, em troca de uma capitalização

Nos diversos encontros, palestras, seminários, simpósios, grupos de estudos, frente parlamentar mista, chegou-se à conclusão de que a pretensa reforma tinha outro condão. Primeiramente se percebeu que a proposta estava direcionada contra os trabalhadores e seus direitos e contra a seguridade social, com uma proposta clara de aliviar os encargos dos empresários e a desconstitucionalização das garantias sociais até então cravadas em cláusulas Pétreas na CF/88.

Portanto, um dos primeiros "vícios" encontrados no texto proposto foi a intenção clara de

facilitar mudanças nas leis de seguridade social, bem como a operacionalidade da reforma proposta, por meio de leis ordinárias, fáceis de aprovação por um congresso neófito e/ou muito difuso e sujeito ao toma lá, dá cá.

A Reforma da Previdência proposta para gerir o futuro dos trabalhadores brasileiros pretende transferir para o sistema financeiro, através da capitalização, todos os recursos hoje capitados pela seguridade social, em especial, os destinados à aposentadoria pública, quer do sistema geral, quer dos sistemas próprios, como no caso dos servidores, o que a rigor representa o fim do sistema público de previdência, que garantia ao cidadão pelo menos um salário mínimo enquanto a proposta somente garantirá R\$ 400.

Este modelo de previdência não considerou que o trabalhador brasileiro não deixará de sustentar a família, em troca de uma capitalização não cultural, cuja correlação de forças ante ao agente financeiro, numa futura falência deste, não terá qualquer garantia.

Ora, os números levantados nestes estudos apontam que 70 milhões de trabalhadores serão obrigados ao modelo de capitalização e somente a boletagem para esta transição trará ao sistema financeiro em torno de R\$ 100 bilhões de receita - isso se quiserem ter uma esperança de recebimento de alguma aposentadoria.

Além disso, a nova proposta, de forma inconstitucional, propõe para os servidores públicos e demais uma alíquota crescente, que nos atingirá imediatamente, haja vista que os governos estaduais as adotarão, passando hoje de 11% para 19% no nosso caso; ou seja, menos 8% de salário. Isso já basta para irmos à luta!

Então qual o motivo de tanta maldade? A resposta está na verdadeira intenção da Reforma proposta. Ou seja, a garantia do superávit primário para pagamento dos juros da dívida pública aos bancos credores. Fácil o entendimento. Vejamos. Se o governo alivia suas despesas com a seguridade social, transferindo em torno de 800 milhões de reais/ano para o sistema financeiro, aumenta seu superávit primário e os bancos tem a garantia de recebimento também dos juros da dívida pública.

Então qual o motivo de tanta maldade? A resposta está na intenção da Reforma proposta.

Se governo brasileiro de fato estivesse preocupado com o trabalhador não teria apresentado esta proposta draconiana, que além de tirar direitos já conquistados, trará miséria à sociedade, como aconteceu em 30 países que adotaram modelo parecido, dos quais 18 já retornaram para um modelo solidário igual ao hoje existente no Brasil.

Concluindo, prezados colegas: enquanto não fizermos tal qual o Equador, ou seja, exigir a auditoria da dívida pública e confrontar os bancos credores, estaremos sacrificando a sociedade como um todo, através de ideias mirabolantes de cada governante que se sucede e que não tiveram a coragem e patriotismo para o verdadeiro enfrentamento, preferindo se submeter ao poderio econômico e escravagista do sistema financeiro mundial.

Expediente

Carlos Heugênio Duarte Camisão
Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo
Vice-presidente
josefermo10@gmail.com

Geraldo José Pinheiro
Diretor Financeiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner
Diretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Ação Fiscal

Zenaide Maria Tomazelli Lança
Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Zuleide Rosangelica de Assis Lopes
Diretora de Aposentados e Pensionistas
azet58@hotmail.com

Rogério Zanon da Silveira
Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Anthony Fermino Repetto Lavor
Lenise Seabra Miranda
Luciano José da Silva
Marcelo da Silva Ramos
Marcelo Vinicius Borges Amistá

CONSELHO FISCAL
Ana Maria de Souza Silva
Carlos Werner dos Santos
Sebastião Luiz Casagrande

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana - Edvaldo Monteiro
Região Nordeste - Miguel Arcanjo Gagno
Região Noroeste - João Tadeu Caon
Região Sul - Lúcio Berilli Mendes

Ação Fiscal - Abril/2019
Ano XXXIV - Edição 162

Weverton Campos
Jornalista responsável

Tiragem: 1300 exemplares
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower Salas 714 e 715 - Enseada do Suá Vitória/ES - CEP: 29050-335.
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05
E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Sindifiscal se reúne com secretário para tratar de reivindicações

Negociações com o governo. Diretoria do Sindifiscal apresentou as reivindicações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária ao secretário da Fazenda, Rogério Amorim

A Diretoria do Sindifiscal se reuniu em 18 de abril com o secretário de Estado da Fazenda, Rogério Amorim, para tratar de assuntos de interesse da categoria, entre eles promoção funcional e a pauta de reivindicações aprovada pela AGO (Assembleia Geral Ordinária) no dia 28 de março.

Em relação à promoção funcional, Rogério informou que em reunião no âmbito do Conptaf (Conselho do Pessoal do Grupo TAF) foi deliberada a publicação de um novo edital que substituirá o que estava em vigor.

Os membros do Conptaf chegaram à conclusão de que o edital anterior não se aplicava ao ciclo de promoção do ano de 2017, tendo em vista que a vigência da lei 873/17 se deu a partir de janeiro de 2018. Informou também que tão logo seja realizado o ciclo



Secretário da Fazenda ouviu as reivindicações aprovadas na AGO do Sindifiscal

promocional relativo a 2017, imediatamente dará início ao ciclo promocional de 2018 - fato consumado em publicação do Diário Oficial do dia 18 de abril.

Tendo em vista a deliberação da AGO de criação de uma comissão para acompanhamento das negociações, o Sindifiscal convocará seus representantes para uma reunião.

Veja o que Rogério ponderou sobre cada ponto reivindicado em Assembleia:

1. Tabela de subsídios: não há possibilidade de atendimento para o ano de 2019, tendo em vista que a Lei do Teto de Gastos impede aumento de despesa corrente.
2. Melhorias estruturais: está em discussão uma alternativa para melhorar as condições de trabalho e o aumento da produtividade dos auditores, como o teletrabalho. Também estão sendo estudadas melhorias na regulamentação do auxílio-transporte.
3. Piso e teto: é compromisso deste governo resolver a questão.
4. Reposição da inflação por reajuste linear para o funcionalismo: não está garantida nem descartada. Dependerá do comportamento da economia em 2019.
5. Carreira de auxiliar fazendário: quer conhecer melhor a realidade e trabalhar para tomar medidas que solucionam os problemas que os afetam.

AGO aprova contas de 2018 do Sindifiscal e pauta de reivindicações para 2019

Reunidos em Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de março na Sede Social, cerca de 100 auditores fiscais e auxiliares fazendários aprovaram as contas do Sindifiscal referentes a 2018 e aprovaram a pauta de reivindicações para 2019.

Após as considerações iniciais, foi lido o parecer do Conselho Fiscal, que orientava a aprovação das contas. No ponto da pauta de reivindicações, foi apresentada aos presentes a tabela de subsídios, seguindo os moldes da PGE (Procuradoria-Geral do Estado), como forma de atender a todos os níveis da carreira, e informado que o projeto da Loat (Lei Orgânica da Administração Tributária) se encontra pronto, aguardando ser amadurecido junto ao



AGO aconteceu em março

Parlamento.

Por fim, foi decidido que integrem a pauta de reivindicações: tabela de subsídios; Loat e a estruturação da carreira de auxiliar fazendário. Ficaram de fora da pauta de reivindicações a Revisão Anual e a revogação da Lei 832/16. Ficou aprovada também a criação de comissão de negociação com pelo menos um representante de cada geração do Fisco.

Convênio: FGV oferecerá ao menos 8% de desconto para filiados

O Sindifiscal firmou convênio com a FGV (Fundação Getúlio Vargas) para o oferecimento de cursos de pós-graduação e MBAs aos filiados e funcionários com descontos de pelo 8% sobre as mensalidades.

As aulas (quinzenais) começam a partir do dia 22 de maio na Praia do Canto, em Vitória, e os descontos também são extensivos a cônjuges e filhos dos associados. Entre os cursos oferecidos estão Gerenciamento de Projetos, Gestão Financeira, Gestão Estratégica de Pessoas, Inteligência em Negócios Digitais, Comércio Exterior, Direito Tributário e Marketing.

Já para cursos de curta duração, como o de Direito Societário, a FGV dará um desconto de 15%. Vale ressaltar que a promoção é válida apenas para os novos contratos.

A FGV informou que está disposta a oferecer um desconto ainda maior aos filiados (e dependentes). Para isso, é necessário formar um grupo de, pelo menos, quatro interessados, que deverão ligar para o Sindifiscal no telefone 3325-3439.



FGV é considerada a escola de negócios mais conceituada do país

Sindifiscal participa do IV Encontro de Comunicação da Fenafisco

Encontro definiu diretrizes nacionais de Comunicação para sindicatos

Representando o Sindifiscal-ES, o assessor Weverton Campos participou, nos últimos dias 22 e 23 de abril, do IV Encontro de Comunicação do Fisco Estadual e Distrital promovido pela Fenafisco em Brasília. No encontro, foram discutidas as novas tendências de Comunicação Institucional e sistematizado um plano de comunicação conjunto entre as Unidades da Federação. Também foram apresentados nove cases de sucesso no âmbito comunicacional dos Fis-

cos, tendo o ES participado da exposição.

Weverton apresentou ao presidente da Fenafisco, Charles Alcantara, à diretora de Comunicação, Marlúcia Paixão, e a todos os diretores e assessores presentes, a campanha de valorização do Fisco, de 2017, que mostrou para toda a sociedade capixaba a essencialidade do auditor fiscal da Receita Estadual para combater a sonegação, a concorrência desleal e para arrecadar recursos a serem investidos em saúde, educação e segurança.

As peças foram veiculadas em outdoors, redes sociais, jornais, rádios e outros meios de comunicação, impactando um público estimado

de dois milhões de cidadãos.

Para o presidente da Federação, Charles Alcantara, a Comunicação do Fisco Estadual e Distrital tem estreitado laços com a Fenafisco e desenvolvido ações integradas, sendo o IV Encontro de Comunicação fruto dessa parceria. “Esta edição do evento se destacou por receber um número expressivo de participantes e busca desenvolver uma política de comunicação harmônica, capaz de atender as demandas que a entidade possui, no sentido de levar para as bases e para a sociedade, parte do trabalho desenvolvido pelo Fisco, em prol da carreira e do Estado brasileiro”, disse.



Assessor Weverton Campos representou o Sindifiscal-ES e apresentou case exitoso de comunicação

Sindifiscal é destaque em jornal A Tribuna em matéria sobre impostos

O Sindifiscal foi destaque em matéria de economia do jornal A Tribuna no dia 2 de abril, que tratava da intenção do governo federal em taxar a economia informal, o que inclui vendedores ambulantes e pessoas que fazem “bico”.

Em sua participação, o presidente Carlos Heugênio Camisão de-

fendeu o combate à sonegação fiscal e mudanças na forma em que os regimes tributários são geridos, como o Simples Nacional.

“O limite de faturamento anual no Simples é de R\$ 4,8 milhões, enquanto que em outros países fica em US\$ 100 mil (R\$ 385.195). Isso proporciona a sonegação. Muitas empresas grandes se dividem em 10 menores para pagar menos imposto. É um ‘jeitinho brasileiro’. Temos uma cultura muito anticidadã”, disse Camisão ao repórter Caio Miranda.

Na oportunidade, o auditor fiscal lembrou ainda que os empresários e banqueiros são isentos de impostos sobre lucros e dividendos no País desde 1995 e afirmou que é preciso taxar mais

as grandes rendas e fortunas e menos o consumo.

“Nossa matriz está invertida. Em países desenvolvidos, a maior taxa é sobre a renda, não sobre produtos e serviços. Quem ganha mais, tem de pagar mais. Quem ganha menos, paga menos. Assim você faz a transferência de renda e reduz a desigualdade social”, finalizou.

Camisão ainda concedeu no mês de abril uma entrevista à Rádio Espírito Santo (RTV-ES), gerida pelo governo, sobre a Reforma Tributária. No entanto, a reportagem ainda não foi ao ar. Quando ela for veiculada, o Sindifiscal também fará a vida divulgação.

Efeitos da reforma da previdência para servidor é tema de palestra na Sufis-M

O Sindifiscal promoveu no último dia 17 de abril uma palestra com o advogado Osvaldo Hulle sobre os efeitos da reforma da previdência na carreira dos servidores públicos. Realizado na Sufis-M, em Vila Velha, das 10h às 12h30, o evento teve a presença de cerca de 50 pessoas.

Formado pela UVV, Hulle já atuou como as-

essor vinculado ao gabinete do Governador do Estado e exerceu atividades na Secretaria de Administração.

De janeiro a novembro de 2003, além da Subsecretaria de Recursos Humanos, Osvaldo Hulle respondeu pelo expediente do IPAJM (Instituto de Previdência do Estado do Espírito Santo).



Ex-presidente do IPAJM, Osvaldo Hulle palestrou para cerca de 50 colegas



Sindifiscal foi destaque em abril no jornal A Tribuna

Bruno Aguilar, gerente fiscal: O auditor não pode ser automatizado

Aguilar defende que auditor deve ter lado humano além das expertises

O gerente fiscal da Sefaz, Bruno Aguilar Soares, é um indivíduo de múltiplas facetas. Iniciou a graduação em Engenharia da Computação, porém formou-se em Direito, com especializações em Direito Público, Direito do Trabalho e Segurança da Informação, já trabalhou na área de Tecnologia da Informação, antes de ingressar na Sefaz, em 2010, e atualmente cursa Psicologia na Ufes.

Sua versatilidade é expressada em palestras, nos textos que publica em seu blog pessoal, o nadaobvio.blogspot.com, e também pelos artigos frequentemente veiculados pelos jornais A Tribuna e A Gazeta. Entre os temas abordados pelo auditor fiscal pode-se listar comportamento, tecnologia, transparência, trabalho, cultura e, claro, questões relativas ao tributo.

Entretanto, Bruno não deixa esconder que uma de suas principais vocações é o estudo – e o exercício – das humanidades. Não à toa, elencou durante a entrevista que o auditor não pode ser automatizado, mas entendido como um ser que tem suas expertises e também conflitos.

“Como gestor a gente passa a perceber que lida no dia a dia não com máquinas, mas com pessoas que têm seus dramas e dificuldades. O gestor precisa gerenciar conflitos de toda espécie, então um dos desafios é não só implementar os aspectos tecnológicos, mas entender que o auditor é uma pessoa que precisa de motivação e



Bruno Aguilar está à frente da Gerência Fiscal da Secretaria da Fazenda desde 2017

de ter seu trabalho valorizado. A automatização é para o sistema. O auditor não pode ser automatizado”, argumenta.

“Como gestor a gente passa a perceber que lida no dia a dia não com máquinas, mas com pessoas”

De acordo com Aguilar, as relações sempre lhe fizeram valorizar o lado humano, mas uma questão pessoal também teve peso para essa inclinação.

“Uma questão que me impactou bastante foi quando sofri o acidente, porque você reflete, entende a transitoriedade da vida e os limites. Entende que a vida tem seu curso, mas também tem seu fim e é importante entender que você está desenvolvendo

o seu trabalho, mas existe uma pessoa no processo”.

Nos últimos tempos, a Receita Estadual passou por diversas mudanças, como a implantação do Laud (Laboratório de Auditoria Forense Digital), o lançamento do aplicativo Menor Preço, o Redesenho de Processos, a NF-C-e e a emissão eletrônica de bilhetes de passagens de transportes terrestres.

Todavia, algo que o gerente prioriza na conversa é o Cooperação Fiscal, prestes a receber atualizações. “Este ano teremos a ampliação dos produtos oferecidos pelo Cooperação Fiscal, que permite a autorregularização por parte do contribuinte de forma espontânea e menos onerosa”, comenta.

Bruno Aguilar pontua que a Receita está em um novo momento, em que deixa de figurar apenas como agente penalizador, e passa a ser considerada também como uma instituição disposta a contribuir para a solução

dos problemas fiscais dos contribuintes e a sustentabilidade do Estado.

“Estamos saindo de um paradigma focado excessivamente na penalidade para outro baseado na construção da confiança recíproca, em que a conformidade fiscal e a prestação de serviços para o contribuinte e o cidadão são os pilares fundamentais. De modo que o Fisco, em seu papel essencial de auditar os recursos devidos ao Estado e sociedade, possa direcionar assertivamente o esforço repressivo àqueles que praticam a sonegação e a concorrência desleal, bem como promover a simplificação tributária e a eficiência fiscal aos contribuintes regulares.”, defende.

Além das novidades no Cooperação Fiscal, também estão previstas a expansão do ONE (Operador Nacional dos Estados) no Espírito Santo, que centraliza informação de todo even-

to de passagem de transporte de mercadorias em pontos estratégicos – por meio de antenas de radio-frequência e câmeras OCR (reconhecimento óptico de caracteres) – e a NF3E (documento fiscal eletrônico para as transações de energia).

“Também estamos estudando a possibilidade de incentivo à cidadania fiscal, como um programa de premiação por sorteio para aquele consumidor consciente que solicita a nota em suas compras”, adianta.



Aguilar em sessão solene na Ales em 2017

6 POLÍTICA SINDICAL

Pelos sindicatos

Marcha da Saúde contra a reforma

Diversas entidades sindicais, como o Sindipúblicos e o Sindienfermeiros, juntamente a movimentos sociais, estiveram mobilizados no último dia 10 de abril no Centro de Vitória para a Marcha da Saúde 2019. Realizado anualmente em alusão ao Dia Mundial da Saúde (7 de abril), o ato abordou os riscos da Reforma da Previdência (PEC 006) para a saúde pública mediante a retirada da seguridade social do projeto de capitalização proposto pelo governo. Os participantes também criticaram a falta de investimentos na saúde pública e a PEC do teto de gastos.



Reforma atinge os mais pobres

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) - do qual faz parte a Fenafisco - Rudinei Marques, apresentou no último dia 9 de abril um plano de comunicação para enfrentar a ofensiva do governo na mídia. Segundo ele, “o governo vendeu a ideia” de que a PEC 006 atinge os mais ricos, mas, na verdade, ela penalizaria os mais pobres, como “os que dependem de benefícios assistenciais e os professores, ao tempo em que preserva aqueles que recebem milhões em lucros e dividendos”.



Apresentação

Promovida por Fenafisco e Anfip, a Reforma Tributária Solidária foi apresentada para centrais sindicais (CUT, CTB, Intersindical, UGT e Força Sindical) no último dia 16 de abril no Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em Brasília. Na ocasião, o presidente da Anfip, Floriano de Sá Neto, defendeu que a economia de R\$ 1 trilhão que o governo está querendo com a reforma da Previdência pode ser alcançada com ajustes no sistema atual de tributação, como, por exemplo, por meio da reestruturação da tabela do Imposto de Renda.

Pública reivindica reajuste anual dos servidores

A Pública, Central Sindical que congrega diversas entidades representativas de servidores públicos, incluindo o Sindifiscal, protocolou no dia 3 de maio, no Palácio da Fonte Grande, em Vitória, a Pauta de Reivindicações Unificadas das suas respectivas categorias, especialmente a recomposição inflacionária dos salários.

Conforme determina

o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, é direito dos servidores a revisão geral e anual, que deve estar prevista legalmente.

Se a Constituição estabeleceu um direito, concebeu, concomitantemente, uma obrigação ao gestor público de implementá-lo, sem prejuízos, perdas ou demoras.

Considerando que já estamos no mês de maio,

sem qualquer sinalização do governo do Estado, a Pública pediu que sejam adotadas as medidas necessárias para cumprimento da norma constitucional.

Também foram requeridos reajuste do auxílio-alimentação; definição de data-base para revisão anual das remunerações e subsídios e negociação coletiva.



A Central Sindical Pública, que congrega diversas entidades, inclusive o Sindifiscal, apresentou a Pauta de Reivindicações Unificadas em 3 de maio

Sindifiscal se reúne com vice-governadora do Estado

O Sindifiscal, por meio de sua comissão política, se reuniu no último dia 16 de abril com a vice-governadora do Estado, Jacqueline Moraes (PSB). A reunião, que vai ao encontro ao projeto do Sindifiscal de melhor inserção política junto ao Executivo e ao Parlamento, aconteceu no Palácio da Fonte Grande, no Centro de Vitória, integrando uma agenda já realizada com os deputados Freitas (PSB) e Ted Conti (PSB).

Participaram da reunião os membros da comissão Jocelino Demuner, Carlos Heu-

gênio Camisão, Zenaide Tomazelli, Geraldo Pinheiro e os colegas auditores fiscais Benício, responsável por estabelecer a agenda, e Luiz Cláudio Nogueira.

Durante a reunião, o presidente do Sindifiscal, Carlos Camisão, discutiu com a vice-governadora os principais pontos das reformas tributária e previdenciária. Já o colega Luiz Cláudio frisou o trabalho realizado no âmbito da Supervisão de Receitas Não Tributárias da Sefaz, na área de petróleo e gás, que vai incrementar a receita do Estado em bilhões de reais até 2056.

“A ideia é trabalhar a parte política do sindicato para ver se a gente consegue avançar não só em questões corporativas, mas ter uma participação mais ativa na política do Estado e até do Brasil, por meio da Fenafisco, tornando a entidade conhecida e relevante junto às demais instituições”, declarou a diretora jurídica Zenaide Tomazelli.

Segundo Tomazelli, também está sempre dentro das prioridades a demonstração da importância do trabalho dos auditores para a arrecadação e o desenvolvimento do Estado.

Empresas de sucata do Estado fraudam bilhões em notas

Notas falsas. Investigando o setor desde julho/2018, a Receita identificou que empresas do Estado emitiam notas fiscais em grandes volumes e valores destinadas para diversos Estados

Diversas operações foram deflagradas em todo o Brasil no final do ano de 2018 com o intuito de combater empresas laranjas. No Espírito Santo, o trabalho do NEP (Núcleo de Estudos e Pesquisas) foi direcionado para o segmento de sucatas, em que 28 empresas tiveram suas inscrições cassadas por emitirem, de forma fraudulenta, R\$ 3,1 bilhões em notas fiscais simuladas. As informações estão no Diário Oficial do dia 17 de abril de 2019.

Outros 19 contribuintes, que emitiram notas fiscais com indícios de irregularidade na ordem de R\$ 1 bilhão, tiveram suas inscrições bloqueadas, pois não apresentaram os dados

solicitados pela Receita Estadual para comprovar a idoneidade das supostas operações.

Como funciona a fraude

Investigando o setor desde julho/2018, a inteligência da Receita identificou que empresas capixabas vinham emitindo notas fiscais em grandes volumes e valores destinadas para diversos Estados.

O fato chamou a atenção, pois o Estado não tem quantidade suficiente de sucata para abastecer tais mercados.

Após as investigações, constatou-se que a emissão dos documentos fiscais é apenas uma simulação de operação, feita também para que as empresas de outras

UFs ficassem com crédito de 12% decorrente da operação interestadual. A simulação de empresas capixabas também se beneficiava do COM-PETE, sem, no entanto, gerar emprego e renda para a sociedade.

Pesa ainda o fato de algumas empresas capixabas envolvidas no esquema terem benefício fiscal para operar.

Posicionamento

Acompanhando todas as operações que têm sido realizadas, o Sindifiscal destaca a importância da repressão deste tipo de esquema.

“Apesar de não ser uma atividade, de ponto de vista econômico relevante, o fato de legislações de outros Estados possibilitarem di-



No local, onde deveria existir uma grande empresa só havia um amontoado de sucata empoeirada

ferimento faz com que contribuintes associados a grandes grupos de comercialização de sucata identifiquem oportunidade de obter vantagem fiscal indevida através do uso do território capixaba”, comenta Geraldo Pinheiro, diretor do Sindifiscal.

A operação demonstra a importância do tra-

balho dos auditores na defesa do erário. “O esquema causou um prejuízo na ordem dos R\$ 500 milhões em ICMS para o período apurado de 5 anos. Isso sem contar os prejuízos para a concorrência, emprego e o bem-estar de milhares de capixabas”, destacou Carlos Camisão, presidente do Sindifiscal.

Receita do ES recupera mais de R\$ 1 milhão no primeiro bimestre

A Receita Estadual do ES recuperou mais de R\$ 1 milhão para os cofres públicos por meio de operações realizadas estrategicamente em rodovias e estabelecimentos comerciais no primeiro bimestre

deste ano.

Segundo levantamento do Sindifiscal, nos dois primeiros meses do ano, a Sufis-M registrou 19 autuações que totalizaram R\$ 365,7 mil. As autuações foram feitas sobretudo em blitzes

com foco no segmento de bebidas.

Na Sufis-NO, as autuações somaram R\$ 46,4 mil. A maior parte do volume diz respeito a uma operação especial no setor de bebidas, em que 17 estabelecimentos foram diligenciados em busca de cerveja ilegal oriunda da Região Nordeste do País.

A Sufis-NE também tem lidado muito com denúncias de irregularidades praticadas no comércio de cerveja. O produto tem entrada no Espírito Santo sem documento fiscal ou com documento fiscal inidôneo. Com a Operação Bebida pré-Carnaval, foram lavrados oito autos de infração na região

que somaram R\$ 82,9 mil.

A Sufis-S, por sua vez, teve seus trabalhos focados na Operação Verão, realizada até o dia 27 de fevereiro. Na região, o comércio de bebidas também foi um problema, mas foram constatadas ilegalidades em produtos alimentícios e materiais de construção. Ao todo, os autos somaram R\$ 230 mil.

“A atuação dos auditores em trânsito de mercadorias identifica em regra circulação sem respectiva emissão dos documentos fiscais. Apesar dos valores não serem substanciais [em relação ao obtido por meio das informações econômico fiscais e auditoria], esse

365,7 mil
foi o valor recuperado pelos auditores da Sufis-M

tipo de operação tem de ser auferida pelo seu efeito indireto de causar aos maus contribuintes a aversão ao risco da possibilidade de serem alcançados”, explica o diretor do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro.

“A fiscalização em trânsito é uma variável importante para combater efetivamente a fraude e a circulação de mercadorias sem documentação”, complementa Pinheiro.



Auditores durante fiscalização em trânsito

Trabalho de auditores fiscais garante futuro do ES até 2056

Além de royalties, o Estado passa a receber participação especial

O trabalho desenvolvido pela Supervisão de Receitas Não Tributárias da Sefaz, coordenado pelo auditor fiscal Luiz Cláudio Nogueira de Souza, garantirá recursos para a manutenção das áreas essenciais do Estado pelo menos até 2056. Até lá, o Estado receberá cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano (fora uma receita extra de R\$ 1,5 bilhão) provenientes dos royalties de petróleo e gás, acrescidos de uma participação especial.

Sem o trabalho dos auditores, o Espírito Santo receberia somente R\$ 1,9 bilhão/ano, que se findaria em 2029. O aumento da arrecadação ocorreu por conta de um minucioso trabalho, desenvolvido desde 2012, quando os auditores detectaram uma situação contrária à legislação no Parque das Baleias - área de exploração de petróleo situada a cerca de 80km do município de Anchieta, no Sul do Estado.

Luiz Cláudio explica que, diferentemente do que determina a legislação, uma área de grande produção foi dividida em sete campos, o que gerava royalties ao Estado. Entretanto, se não tivesse sido erroneamente dividida, a área produtiva geraria não apenas royalties, mas também participação especial - alíquota diferenciada, que pode chegar a 40%, devida quando há grande volume de produção ou grande rentabilidade.

“Se você faz um

contrato de concessão e divide a área em vários campos, você paga royalties, mas tende a não pagar participação especial. Então verificamos que, no caso do Parque das Baleias, as áreas foram divididas inobservando a legislação, o que nos fez exortar a PGE (Procuradoria-Geral do Estado) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para que tomassem iniciativa sobre o caso”, explica Luiz Cláudio.

“O Espírito Santo hoje se apresenta como modelo para outros Estados”

Luiz Cláudio Nogueira
Auditor da Gefis

O estudo - em parte possibilitado por uma iniciativa do Estado, que permitiu que Luiz Cláudio e outro auditor fizessem pós-graduação na área de petróleo e gás na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - foi acolhido pela ANP em 2014, que na época publicou resolução reconhecendo que a área era só uma e não sete campos. Após ter o recurso negado na esfera administrativa, a empresa tentou recorrer à Justiça, mas em 2018 resolveu propor um acordo, oficializado no dia 5 de abril.

Nogueira explica que com o acordo o Espírito Santo receberá, à vista, R\$ 614 milhões, mais R\$ 800 milhões parcelados, referentes ao período que vai do 3º trimestre de 2016 até o 4º trimes-

tre de 2018. O incremento anual, no que diz respeito à arrecadação gerada na área de petróleo e gás, será de R\$ 600 milhões, fazendo a cifra de R\$ 1,9 bilhão saltar para R\$ 2,5 bi - isso fora o passivo.

“Esse estudo se iniciou a partir do trabalho de uma equipe engajada nessa área. O Espírito Santo hoje se apresenta como modelo para outros Estados da Federação porque dialoga bem com a indústria, tem técnicos qualificados dos pontos de vista jurídico e fiscal e isso nos dá clareza para normatizar o setor, gerando segurança jurídica para as empresas e recolhendo os tributos com mais clareza”, afirma Luiz Cláudio.

Caso a Sefaz não tivesse realizado o estudo, o Espírito Santo só receberia recursos referentes ao Parque das Baleias até 2029, quando o contrato de concessão chegaria ao seu término. Entretanto, agora o campo teve o tempo de vida útil alongado, com a renovação do contrato de exploração por mais 27 anos, a partir de 2029, sendo anunciado, inclusive, vultosos investimentos nessa área produtiva pela Petrobras.

“Sem a Sefaz iniciar esses estudos e trabalhos técnicos, exortando os trabalhos da Procuradoria-Geral do Estado e da ANP, certamente esse tema não viria à tona e não teríamos esse desfecho. Evidente que a participação não foi única da Sefaz. Houve um papel importante da PGE, da ANP e da indústria ao propor o acordo”, relata.



Equipe responsável pelo monitoramento fiscal do setor de petróleo e gás do Espírito Santo

Petróleo é essencial para equilíbrio fiscal do ES

O setor de petróleo e gás é extremamente significativo para o Espírito Santo, considerado o segundo maior produtor de petróleo do Brasil e o quarto maior produtor de gás natural. Se somadas as produções dos dois energéticos, o Estado também figura como o 3º maior produtor de barris de petróleo equivalente, ficando atrás do Rio e de São Paulo.

Esse contexto coloca o petróleo e gás como a principal receita do Estado. Para se ter uma ideia, somente em 2018, ele foi responsável por R\$ 3,8 bilhões do montante total arrecadado, o que significa 21% da RCL (Receita Corrente Líquida). Também foi o petróleo quem manteve o Espírito Santo à margem das últimas crises fiscais, responsáveis por “quebrar” boa parte das Unidades da Federação.

Nogueira explica que a Sefaz hoje monitora, praticamente em tempo real, toda a cadeia. “Temos a indústria mapeada e controlada. Um monitoramento full-time de todas as operações e ainda um diálogo

permanente com todos os atores envolvidos no processo. O Espírito Santo procura saber com elevado grau de precisão tudo o que produz em cada campo”.

Entretanto, uma vez que o petróleo é um recurso finito, é preciso responsabilidade dos gestores públicos no sentido de aplicar os valores oriundos em investimentos (ciência e tecnologia, por exemplo) para garantir o futuro das gerações.

“Recursos como petróleo são finitos, então a tendência é que isso venha a se exaurir no longo, médio ou até curto espaço de tempo. Por consequência, também são finitas as receitas que dele advém. Então é importante aplicar esses recursos em outras áreas, de modo a permitir que outros setores se desenvolvam quando o petróleo não tiver mais pujante, permitindo equilíbrio intergeracional. Por isso, defendendo que não se deva gastar esses recursos com despesas de natureza continuada, como gastos com pessoal”, argumenta Luiz Cláudio.

Artigo

Capitalização Fracassada

Regime de aposentadoria não funcionou em país algum. Eu tenho uma obsessão: conferir o que os demais países, especialmente a Europa desenvolvida e os Estados Unidos, fazem. Se apenas o Brasil agarra-se a alguma coisa, eu me pergunto: será uma jabuticaba? Somente Brasil, Estônia e Eslováquia não taxam dividendos. Pode ser bom isso? Por que a Alemanha taxa? Conclusão amarga: é jabuticaba. Essa minha mania me leva a ler documentos incríveis. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU, publicou um trabalho fundamental sobre regime de aposentadoria por capitalização. No site brasileiro da OIT tem uma boa síntese: “Reversão da Privatização de Previdência: questões-chaves”.

Algum país da Europa desenvolvida embarcou nessa aventura? Nenhum.

O resumo da tragédia é simples como uma laranja no pé: “De 1981 a 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social obrigatórios”. Dezoito já voltaram atrás. Algum país da Europa desenvolvida embarcou nessa aventura? Nenhum. Eles não são loucos. Quem foram os ousados visionários do fracasso? Quatorze países são da América Latina: Chile, Peru, Argentina e Colômbia, Uruguai, Bolívia, México e Venezuela,

El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Equador, República Dominicana e Panamá; Outros 14 são da Europa e da antiga União Soviética - Hungria e Cazaquistão, Croácia e Polônia, Letônia, Bulgária, Estônia e Rússia, Lituânia e Romênia, Eslováquia, Macedônia, República Checa e Armênia; E dois da África - Nigéria e Gana.

O imperturbável Paulo Guedes acha que o modelo chileno é um grande exemplo.

Nada de França, Alemanha, Inglaterra ou EUA. Quem já recuou para o regime de repartição? Venezuela, Equador, Nicarágua, Bulgária, Argentina, Eslováquia, Estônia, Letônia e Lituânia, Bolívia, Hungria, Croácia e Macedônia, Polônia, Rússia, Cazaquistão, República Tcheca e Romênia. O Chile persiste. Aposentados recebem menos do que o salário mínimo. Muitos se suicidam. Mas o imperturbável Paulo Guedes acha que o modelo chileno é um grande exemplo.

Por que o regime de capitalização fracassou em tantos países e que consequências provocou? O estudo da OIT apresenta uma cesta de problemas: as taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram; as prestações previdenciárias se deterioraram; a desigualdade de gênero e de renda aumentou; os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes; os custos administrativos tornaram-se elevados; com governança frágil, houve



Ministro Paulo Guedes

captura das funções de regulação e supervisão; concentração no setor de seguros privados; deteriorou-se o diálogo social; os riscos demográficos e do mercado financeiro foram transferidos para os indivíduos. Ganha um autógrafa de Guedes quem acertar a resposta para a pergunta da OIT: quem se beneficiou das poupanças de aposentadoria? Bingo! O setor financeiro. Só há um argumento sólido contra a OIT e a ONU: são organizações sabidamente comunistas.

Resumo da ideia absurda de Guedes: aposentadoria por capitalização só é boa para bancos. Gera velhos miseráveis. Como Guedes é um banqueiro que desconhece a vida real e não precisa de aposentadoria, confunde o seu delírio com a realidade. Acha que basta obrigar a poupar e tudo estará resolvido. Prefere ignorar a experiência no mundo inteiro para tentar realizar sua utopia, que tem tudo para virar pesadelo. A base do surto é aplaudida por interessados, pois poderá dispensar patrões de contribuir para o bolo das aposentadorias. Isso tem um nome: ideologia.

Juremir Machado

Publicado originalmente em 1º de abril de 2019 no Correio do Povo

Sobe e desce

Sobe

Divulgação dos gastos com dativos



Após apelo de Mariana Sobral, presidente da Adepes (Associação dos Defensores Públicos do Estado), ao secretário de Estado da Transparência, Edmar Camata, o governo passou a divulgar no

Portal da Transparência os gastos parciais com advogados dativos (que atuam onde não existe defensor concursado). Segundo dados da Sefaz, foram gastos pelo menos R\$ 18 milhões com as nomeações em 2018.



Sobe

Mudanças em 2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou a uma plateia de prefeitos que pretende, ainda em 2019, unificar até cinco tributos federais e compartilhar os recursos da arrecadação com

Estados e municípios. O plano seria o primeiro de uma reforma tributária mais ampla, sob estudo da equipe econômica governamental. O ministro defendeu que 70% da arrecadação do país deve ficar com Estados e municípios.

Desce

Censura

O STF (Supremo Tribunal Federal) censurou notícia da Crusoé/O Antagonista que revelaram que o atual ministro Antonio Dias Toffoli foi citado por Marcelo Odebrecht em uma delação na Lava Jato. Então advogado-geral da União em 2007, Toffoli te-



ria o poder de facilitar a aprovação de projetos de interesse da empreiteira. Após a censura, a notícia foi republicada pelo The Intercept Brasil, que classificou a atitude da Suprema Corte como um “absurdo que deve ser combatido”.



Desce

Violência

Beira o absurdo a ação do Exército que disparou mais de 80 tiros contra o carro de uma família no Rio durante uma operação de patrulhamento. Em 7 de abril morreu o músico Evaldo dos

Santos. Já no dia 18 foi a vez do catador de material reciclado Luciano Macedo vir a óbito. O ministro da Justiça Sergio Moro classificou o episódio como “um incidente trágico que pode acontecer”. O Exército prendeu nove soldados.

Nosso adeus aos amigos José Monteiro Filho e Marlene Berloff

Diz uma frase que aqueles que amamos nunca morrem, apenas partem antes de nós. Mas, apesar dessa eminente verdade, é difícil assimilar a partida dos nossos próximos, principalmente quando eles, por muito tempo, fizeram parte do nosso cotidiano. Da nossa segunda casa. Da nossa segunda família.

Fatalmente, o Sindifiscal perdeu, em menos de um mês, duas pessoas muito amadas por todos: o ex-diretor jurídico José Monteiro Filho (12/3) e a coordenadora de projetos sociais da entidade, Marlene Berloff (6/4). Quis o destino que ambos se despedissem de todos os colegas e que houvesse um registro do último momento em que estivemos juntos.

Monteiro nos deixou primeiro. Era auditor fiscal da Receita do Es-

tado desde 1988 e integrou o Conselho Fiscal na gestão 1991-1993 e a Diretoria Executiva do sindicato na gestão 2015-2017. No Sindifiscal ou fora dele, foi um dos maiores guerreiros do Fisco e sempre esteve ao lado da categoria.

Fora dos limites da Sefaz, Monteiro nutria outras paixões e tinha direito até a outro nome. Conhecido como Vassoura, ele era um dos cantores do famoso Trio Fubica, um dos ícones populares de Regência, em Linhares.

O amor de Vassoura pela vila era tanto que ela recebia declarações de seu amor em diversas composições. “A Onda da Vida”, uma de suas letras, deu nome ao filme que projetou Regência para o cenário nacional. Isso sem contar toda a sua devoção ao samba e ao carnaval.



Colegas se reuniram numa confraternização de despedida para Marlene, já que ela se desligaria do Sindifiscal após uma cirurgia e voltaria para SP

Sua última apresentação, no carnaval da vila, onde ele canta para uma empolgante plateia, selou seus dias com chave de ouro. A belíssima canção termina assim: “...Regência é bom demais, venha ser feliz em paz”. Como num convite do destino, o corpo físico de Monteiro foi passar a eternidade onde queria. Em Regência. E em paz.

De Marlene é ainda mais difícil falar. Ela estava ao nosso lado todos os dias, irradiando alegria e vivacidade a todo momento. Era sempre gentil, educada e de extremo bom gosto para tudo. Marlene era inteligente, sensata... Uma vida evoluída de muitas vidas. Definitivamente um ser superior.

Para mim, considerado por ela como seu filho capixaba, foi muito difícil perder uma pessoa com a qual eu tinha tanta afinidade. Mais difícil é escrever sobre ela, pois era inenarrável, o que me fez pedir auxílio aos amigos do Sindifiscal para tentar nos aproximarmos, o máximo possível, da luz que ela representava neste nosso mundo – agora mais escuro.

Nós te amamos, Marlene. Pra sempre!

Weverton

Depoimentos dos amigos

“Uma pessoa que transmitia vida e alegria a todos ao seu redor. Cultivava o abraço e o carinho diários e sempre tinha um sorriso no rosto e um colo amigo onde eu podia me refugiar. Ah, Marle, você chegou e foi embora tão rápido. Mas deixou tanto de você em mim”.

Adriana Nobre

“Saudades das palavras confortadoras da *Marli*, que me ajudavam tanto no dia a dia. Antes de conhecer a Marlene pessoalmente, eu já a admirava pela sua história de vida e, quando realmente a conheci e convivi, passei a amá-la como uma amiga, uma irmã, uma mãe. Difícil seguir sem você, *Marli*”.

Félixa Toffoli

“Quando começamos a fazer as visitas, ao final de 2017, parecia que a gente se conhecia há muito tempo. Ela era muito determinada em tudo que fazia e muito engraçada, pois fazia piada dela mesmo. Foi a pessoa mais de bem coma vida que pude conviver nos últimos tempos. A gente não tem palavras para definir a Marlene. Ela foi um anjo que nos ensinou o que é ser amigo. O que é ser irmão”.

Lenise Seabra

“Ela chegou com uma energia tão boa, tão divertida, tão alto astral, que não teve como não amar essa paulistana. Éramos muito parceiras e dividíamos angústias e alegrias. Chegar ao trabalho hoje e não ouvir minha *pigmeu* me chamar é um vazio que não tem tamanho”.

Oreni Amaral

“Marlene era extremamente acessível, sensível e sabia conviver com todos que estavam ao redor dela. Uma pessoa simpática, inteligente... Nós perdemos uma grande colega e eu uma amiga. Estou muito sentida com esta partida inesperada. Foi uma fatalidade que deixou um vazio muito grande. Poucas mortes me impactaram tanto, mesmo que já tenha perdido tantas pessoas queridas”.

Zenaide Tomazelli



Em dezembro, Monteiro foi ao Sindifiscal tomar um café e bater papo com os colegas

Deixam saudade

Comunicamos com pesar o falecimento de:

Elza Favaro Bissi
19/02 - pensionista

Elio Pereira Amorim
10/04 - aposentado

José Monteiro Nunes Filho
12/03 - aposentado

Maria José Machado Dettino
18/04 - aposentada

Aylson Cezar da Cruz
14/03 - aposentado

Antônio Carlos Bortolini
27/04 - aposentada

Marlene Berloff
06/04 - funcionária do Sindifiscal

Mauro Daniel Deorce
01/05 - aposentado

Benefícios do crédito rotativo são pagos desde fevereiro

Quem tem direito a até R\$ 14.464,89 pode receber desde o dia 18/02

Conforme noticiado, em relação ao processo em que se discute o ressarcimento aos servidores do Grupo TAF dos valores referentes aos juros e encargos do crédito rotativo, o Estado cumpriu a primeira parte do acordo firmado com o Sindifiscal e repassou ao Banestes a importância de R\$ 3.260.099,34 para o pagamento das RPVs (Requisições de Pequeno Valor) em favor dos credores com direito ao recebimento de valores abaixo de R\$ 14.464,89, cujo pagamento teve início no dia 18/02.

Quem ainda não efetuou o saque basta se dirigir a qualquer agência do Banestes munido de documento pessoal.

3,2 mi foram repassados pelo Estado ao Banestes

Quanto aos beneficiários falecidos, é necessário que os herdeiros promovam o inventário ou sobrepartilha, na via judicial ou extrajudicial em cartório (este último é possível desde que todos os herdeiros sejam maiores, capazes e estejam de acordo com a forma de partilha), para que possam efetivar o levantamento da importância perante o Banestes (cujo saque somente é possível com a presença de todos os beneficiários, ou então desde que outorguem procuração



O saque dos valores referentes ao processo do crédito rotativo pode ser efetuado em qualquer agência do Banestes

a terceiro com firma reconhecida em cartório). Se necessário, podem entrar em contato com o sindicato que forneceremos o modelo de procuração.

Quanto à segunda parte do acordo, envolvendo a formação de precatório, em contato recente com o Juízo da 1ª Vara da Fazenda Estadual de Vitória, isto ainda não ocorreu em razão de algumas petições apresentadas por terceiros no processo, em especial de herdeiros de alguns dos beneficiários falecidos, os quais estão tentando se habilitar nos próprios autos, ou obter outras informações.

Essa tentativa tem sido repelida pelo magistrado, uma vez que já foi finalizada a fase de execução e, ademais, em muito retardaria o curso do processo, inviabilizando, a formação do precatório para paga-

mento no próximo ano.

A informação colhida é de que isto estará resolvido até o final de abril e que a partir do início de maio já poderão ser adotadas as providências para que o precatório seja formado, sendo que a data final objetivando o pagamento em 2020, é o dia 30/06/2019. O Sindifiscal, visando a colaborar para que tudo corra conforme acordado, e se efetive em breve formação do precatório, já providenciou a cópia de todos os documentos necessários.

Para efetuar o saque, dirija-se a qualquer agência do Banestes munido de documento pessoal.

Sindace entra com representação contra bônus de auditores da Sefaz

O Sindace (Sindicato dos Auditores de Controle Externo do Estado do Espírito Santo) ingressou com representação no TCE-ES (Tribunal de Contas) contra o governo do Estado por conta da Lei Estadual 10.824, que instituiu o Programa de Garantia e Otimização da Receita Tributária Estadual (bônus).

Na representação, o Sindace argumenta que a Lei Complementar nº 353/2006, que instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para a carreira do Fisco Estadual, veda a percepção de tais acréscimos, especialmente de gratificações de produtividade. “Os servidores detentores do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”, determina o artigo 1º da

referida legislação.

Após o ingresso da representação, o presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso, suspendeu a tramitação da lei que daria a mesma bonificação aos auditores de controle externo. Segundo o deputado, ele aguarda o desfecho de uma ação movida contra os auditores fiscais da Receita Federal, que recebem o bônus por produtividade. A Ales também oficiou todas as secretarias de Estado para que cessassem o pagamento de programas semelhantes.

Acompanhando a situação, o Sindifiscal observou que o pagamento do bônus feito neste mês (o primeiro depois de sua criação) foi pago como remuneração, com incidência de tributação. Como apenas os auditores em atividade foram contemplados, o Sindifiscal estuda pedir a extensão do valor a todos os integrantes da categoria que têm direito à paridade.



Musso suspendeu tramitação de lei que daria mesmo benefício de auditores da Receita a auditores do TCE

Agora é fato! Precatório do IPAJM é depositado pelo Estado

Finalmente o processo de devolução do desconto da contribuição previdenciária dos servidores do Fisco tem o seu desfecho. Conforme informação do Tribunal de Justiça (TJES), obtida pela Diretora Jurídica, Zenaide Tomazelli, o precatório do Sindifiscal (nº 0014338-53.2018.8.08.0000), que se encontra na posição 99ª da ordem cronológica de pagamentos, cujo valor atualizado é de R\$ 26.988.239, já teve o seu valor provisionado pelo Estado no dia 2 de maio.

Segundo informação colhida pelo sindicato, o Estado repassou para o TJES, para depósito na conta judicial 6377601, o valor de R\$ 63.064.450,38, o que permi-

tirá que sejam quitados os primeiros 127 precatórios, incluindo o do Fisco.

Trata-se de uma das maiores vitórias do sindicato, já que foi por meio de seu Departamento Jurídico, na pessoa do advogado Gilmar Lozer, que o processo teve início e agora chega ao seu desfecho.

O sindicato adverte aos seus filiados que ainda não enviaram cópia do cartão bancário que o façam o mais breve possível, pois o TJES realiza o pagamento diretamente na conta bancária do beneficiário. Basta enviar cópia da frente do cartão para o e-mail juridico@sindifiscal-es.org.br. Caso a conta não seja informada, o servidor não receberá até regularizar a



Equipe do Departamento Jurídico do Sindifiscal comemora desfecho do processo do IPAJM

pendência.

Pedimos aos colegas que tenham contato com algum herdeiro de servidor falecido, com

direito a receber o precatório e/ou o crédito rotativo, que orientem a família a entrar em contato com o sindicato.

Os filiados abaixo já entregaram cópia de seus cartões e devem aguardar o depósito em suas contas:

Lista dos beneficiados

- 1- Aarao Deps
- 2- Ademario Santiago Teixeira
- 3- Adir Souza Faria
- 4- Admilson José Loureiro
- 5- Ailsa Da Gloria Brandão
- 6- Alaor Braga
- 7- Alcendino Batista De Souza
- 8- Almir Do Carmo
- 9- Alvarez Marchito De Siqueira
- 10- Álvaro De Oliveira Filho
- 11- Amaurilda Binda
- 12- Américo Reder De Souza
- 13- Ananias Dos Santos Pimentel
- 14- Anelise Pereira Negreli Persici
- 15- Antônio Alexandre Bittencourt Dos Santos
- 16- Antônio Luiz Moreira De Rezende
- 17- Antônio Vicentini
- 18- Arildo Ribeiro
- 19- Arlei Neli Fanti Zanon
- 20- Aroldo De Sa Vargas
- 21- Aurillo Jose Henriques
- 22- Aylton Cardoso Tesch
- 23- Azelino Lemos
- 24- Berlim Bolelli
- 25- Braz Andriato
- 26- Braz Roberto Cyrillo Viceconte
- 27- Bráulio Cardoso
- 28- Caldemira Rocha
- 29- Carlindo Alves De Araújo
- 30- Carlos Alberto Gomes De Almeida
- 31- Carlos Arthur Schwarz
- 32- Carlos Ayrton Prates
- 33- Carlos Roberto Bandeira
- 34- Celi Magalhães Da Costa
- 35- Celina Bassani Gomes
- 36- Celio Faria
- 37- Claudionor José Wernersbach
- 38- Cleoni Rizzo Secomandi
- 39- Clinio Faustino Dos Santos
- 40- Dalsa Pestana Calazans

- 41- Daniel Martins De Souza
- 42- Delio Cassiano Borges Castello
- 43- Delio Soares Góes
- 44- Delson Ezequiel Borges Castello
- 45- Dermeval De Souza Lemos
- 46- Derby Vieira Gomes
- 47- Demosthenes De Carvalho Soares
- 48- Dileia Antônio Netto
- 49- Djalma Serafim Vitor
- 50- Dorio José Flores Da Silva
- 51- Dulcino Rody Coelho
- 52- Edelemi Meale Lesqueves
- 53- Eduardo Gomes De Melo
- 54- Eduardo Lugao Marins
- 55- Elcio Carlos Venancio
- 56- Eli Augusto Fonseca
- 57- Eliasib Rauta Antunes
- 58- Elio Antônio Spadeto
- 59- Enock Santos Galvão
- 60- Elzira Emilia Schwanz Ramos
- 61- Eraldineia Castiglioni Pavan Lemos
- 62- Eufrasia Maria Machado Do Carmo
- 63- Fernando Antônio Secomandi Zamprogne
- 64- Fernando Talon Duarte
- 65- Fernando Da Silva Castro
- 66- Francisco Valim
- 67- Gedilson Pereira Pimentel
- 68- Geraldo Figueira
- 69- Geraldo Lima Da Costa
- 70- Gercino Alves De Almeida
- 71- Gersi Moreira De Mattos
- 72- Gesil Jose Pretti
- 73- Getulio Marques Figueiredo
- 74- Gilmar Soares Benfica
- 75- Gilson Donato Henriques Tebaldi
- 76- Gilson Menegazi
- 77- Glauro Pires Nogueira
- 78- Gloria Maria Margotto Cotta
- 79- Godofredo Vieira Simões
- 80- Gracinda Scandian De Azevedo
- 81- Gustavo Conrado Schwan
- 82- Guaracy De Oliveira Assis Filho
- 83- Hélio De Jesus

- 84- Isolmar Cícero Pinto
- 85- Helvecio Machado De Mello
- 86- Ivannette Maria Das Dores Loss
- 87- Ivis Ernesto Chiappane
- 88- Jacques Coelho Pereira
- 89- Jair Gomes Da Silva
- 90- Jahi Miranda Ramos
- 91- Jaques Baiense
- 92- João Batista Gomes De Melo
- 93- João Da Rocha Filho
- 94- João De Souza Evangelista
- 95- João Loureiro Filho
- 96- João Lyrio Pechanha
- 97- Joao Luiz Del'Esposti
- 98- Joaquim Luiz Fabri
- 99- Joaquim Ramos Filho
- 100- Jorge Corrêa Da Silva
- 101- Jorge Luiz Costa De Almeida
- 102- Jose Alvecio De Almeida
- 103- José Alves Ribeiro
- 104- José Antônio Gil Da Silva
- 105- José Antônio Guizardi
- 106- José Carlos Cavalcante Da Silva
- 107- José Andreilino Faria
- 108- José Carlos Costa
- 109- José Carlos De Mattos Siqueira
- 110- José Eudoxio Da Silva Castro
- 111- José Felipe Da Silva
- 112- José Florindo De Barros
- 113- José Godoi Loureiro
- 114- José Henrique Passamani
- 115- José Luiz Frade
- 116- José Luiz Gomes De Souza
- 117- José Luiz Lourenço
- 118- José Luiz Rangel
- 119- José Maria Teixeira Da Fonseca
- 120- José Martins Alves
- 121- José Orinildo Dos Santos
- 122- José Renato Baptista
- 123- Jozelio Henriques Pinto
- 124- Jucileide Couto Nogueira
- 125- Juarez Chierici Rangel
- 126- Laelio Alves Fonseca
- 127- Lauro Simão Da Rosa

- 128- Leila Maria Menezes Vincenzi
- 129- Lenita Ana Denadai
- 130- Leonida Pereira Lima
- 131- Luiz Carlos Gasparini
- 132- Luiz Gonzaga De Freitas Machado
- 133- Luiz Carlos Junqueira
- 134- Luiz Gonzaga Do Carmo
- 135- Magnolia Vilela Coelho
- 136- Manoel Raymundo Barboza
- 137- Márcio Carvalho Capdeville
- 138- Márcio Machado Madureira
- 139- Marcilio De Oliveira Gomes
- 140- Marcos Antônio Gianordoli
- 141- Maria Aladia Duarte Melo
- 142- Maria Angélica Campos Pereira
- 143- Maria Aparecida Dardengo Sandomingo
- 144- Maria Corina De Oliveira Soares
- 145- Maria Da Conceição Carreiro Fernandes
- 146- Maria Da Penha Dias
- 147- Maria De Fátima Ribeiro
- 148- Maria De Lourdes Da Rocha Neves
- 149- Maria José Felix Guimarães
- 150- Mario César Moraes Vaccari
- 151- Marlene Brasil Costa De Almeida
- 152- Mercedes Margon
- 153- Milton Nespoli
- 154- Natanael Sales Machado
- 155- Nazareno Camargo Fonte Boa
- 156- Neicimario Linhalis
- 157- Neide Machado Gomes
- 158- Neide Mendes Dos Santos
- 159- Nelci Tavares Fonte Boa
- 160- Nourival Ferreira
- 161- Odenir José César
- 162- Odilio Fernando De Abreu
- 163- Odilon Carlos Júnior
- 164- Odival Fonseca
- 165- Orlando Dias De Carvalho
- 166- Orlando Fernandes Pereira
- 167- Otto Canto De Rezende
- 168- Paulo Afonso Da Silva
- 169- Paulo Camporez De Azevedo

- 170- Paulo Demetrio Da Silva
- 171- Paulo Renato Fonseca
- 172- Paulo Roberto De Araripe Mello
- 173- Paulo Sérgio Do Canto Cyrillo
- 174- Pedro Martins Caldeira
- 175- Pedro Renato De Almeida Batista
- 176- Pericles De Rezende Costa
- 177- Pericles Telles De Menezes
- 178- Reinaldo Souza Oliveira
- 179- Renato Duarte
- 180- Rita De Cássia Pereira Pimentel
- 181- Riva Abrantes Teixeira
- 182- Sebastião Figueiredo Dos Santos
- 183- Rogério Calmon Tavares
- 184- Rosângela Espindula Fernandes
- 185- Rubem Dario Pereira Rocio
- 186- Ruy Carlos Gomes
- 187- Sátiro Bernardino Freire
- 188- Sebastião Braz Teixeira
- 189- Sebastião Carvalho De Paula
- 190- Sebastião Figueiredo Dos Santos
- 191- Sebastião Quintao Das Neves
- 192- Sheila Silva
- 193- Silvio Rubens Soares
- 194- Simão Ítalo Filho
- 195- Sizaesney Marcai. Da Silva
- 196- Solange Ribeiro De Souza Nunes
- 197- Sônia Maria De Faria E Silva
- 198- Sônia Maria Luiz Da Vitoria
- 199- Sônia Vescovi
- 200- Synval Vieira Louzada
- 201- Tatiana De Bachkatoff
- 202- Terezinha Moreira De Almeida
- 203- Themira Barros Agostini
- 204- Thome Gilson Brandao
- 205- Túlio Zippinotti
- 206- Valmir Carone Damazio
- 207- Vera Lúcia Do Carmo Castro
- 208- Vera Lucia Rizo Puppim
- 209- Virgolino Marins Lugao
- 210- Zaira Laghi Fachetti
- 211- Zelia Marildi Bisi
- 212- Zuleide Rosangelica De Assis Lopes